

HABEAS CORPUS Nº 514.984 - SP (2019/0166763-3)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIA CAMILA AZEVEDO BARROS - SP420671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEAN LUIZ DE LIMA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JEAN LUIZ DE LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n.º 2093407-65.2019.8.26.0000.

Colhe-se nos autos que *"o paciente foi preso em flagrante e está sendo processado pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 121, § 2º, inciso II e VI, c.c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque, [...] no dia 10 de agosto de 2018, [...] com intenção homicida, por motivo fútil e razões da condição de sexo feminino, no contexto de violência familiar, tentou matar Marcela Marcolina de Campos"* (fl. 12).

Contra essa decisão a Defesa impetrou o *writ* em que foi proferido o acórdão ora impugnado, denegado em 23/05/2019.

Na presente impetração, sustenta-se, em síntese, que: a) *"há sérias dúvidas acerca da materialidade delitiva, o que é objeto de recurso em sentido estrito, não sendo razoável restringir a liberdade do paciente apenas porque 'faz presumir ser o autor do crime de homicídio qualificado tentado investigado nos autos'"* (fl. 6); b) *"o paciente, em juízo, argumentou que a arma de fogo se encontrava desmuniada e que, em momento algum, teve intenção de causar a morte da vítima, agindo apenas com o objetivo de intimidar ela e sua família, porquanto temia o pai e a irmã dela"* (ibidem); c) *"não há qualquer elemento concreto a indicar que se o paciente permanecer em liberdade colocará em risco a ordem pública ou a integridade física da vítima, conforme quer fazer crer a autoridade coatora"* (ibidem); e d) *"ao argumentar que o paciente possuiria uma arma de fogo e que, permanecendo em liberdade, poderia se valer dela para eventual intimidação da vítima e de sua família, olvidaram-se as autoridades coadoras de considerar que o suposto delito ocorreu em 10/08/2018, sendo que o*

paciente só fora preso no dia 20/08/2018" (fl. 7), o que viola o princípio da contemporaneidade.

Requer-se, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É o relatório do necessário. Passo a decidir o pedido de provimento urgente.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado não é de reconhecimento que se mostra prontamente inequívoco.

Inicialmente, vale referir que não há como apreciar na via do *habeas corpus* as provas do cometimento do delito pelo Paciente, pois, em regra, a alegação de ausência de elementos de autoria e materialidade não pode ser analisada na via eleita se o caso demandar incursão no acervo fático-probatório, por cuidar-se de remédio de rito célere e de cognição sumária.

Em igual sentido, cito os seguinte precedentes do Supremo Tribunal Federal: HC 108.742/PB, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 08/08/2011; HC 96.940/RS, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 03/12/2008; HC 90.145/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 13/05/2008; HC 87.272/MS, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJ de 07/04/2006; HC 103.589/ES, Rel. Min. AYRES BRITTO, DJe de 02/08/2010; HC 112.634/DF, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 05/03/2012; v.g.

Destaco, ainda, julgados deste Tribunal: HC 183.688/RS, 5.^a Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe de 09/03/2012; HC 222.999/SP, 5.^a Turma, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe de 08/03/2012; HC 186.724/RJ, 5.^a Turma, Rel. Min. GILSON DIPP, DJe de 08/03/2012; HC 167.971/SP, 6.^a Turma, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 29/02/2012; HC 191.444/PB, 6.^a Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe de 19/09/2011; v.g.

Quanto aos requisitos da custódia, vale lembrar que a manutenção da prisão preventiva depende da demonstração categórica de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

No caso, o Relator no Tribunal de origem, no voto condutor do acórdão ora impugnado, consignou o que se segue (fls. 20-21):

"Ressalto que a Magistrada, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, consignou que estão presentes nos autos indícios de autoria e provas da materialidade delitiva. Além disso, anotou que o paciente ostenta antecedentes, respondeu por homicídio em outro Estado e por delito praticado com violência no âmbito das relações domésticas, sendo a segregação cautelar necessária para garantia da ordem pública, da instrução criminal e da aplicação da lei penal. A decisão que manteve a custódia ratificou a motivação declinada, salientando que permaneceram inalteradas as circunstâncias que ensejaram a prisão.

Assim, maior cautela é necessária na concessão de qualquer benefício para o ora paciente, em face da potencial periculosidade por ele demonstrada."

Consideradas as circunstâncias ressaltadas no acórdão proferido pela Corte de origem, tem-se, aparentemente, que a constrição tem base empírica idônea, pois o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a concreta possibilidade de reiteração delitiva pode ser demonstrada pela prática anterior de delitos pelo Agente, a justificar a segregação processual **para assegurar a ordem pública**. Destaco ainda a seguinte ementa do Supremo Tribunal Federal:

*"Processual penal. Agravo regimental em Habeas corpus. Porte ilegal de arma de fogo e munição. Prisão preventiva. **Reiteração delitiva**. Ausência de teratologia, ilegalidade ou abuso de poder.*

1. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento no sentido da inadmissibilidade do uso da ação de habeas corpus em substituição ao recurso ordinário previsto na Constituição Federal. Precedentes.

*2. A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a periculosidade do agente, evidenciada pelo modus operandi, e **a probabilidade concreta de reiteração na prática criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar**. Hipótese em que o paciente ostenta duas condenações anteriores pelo mesmo delito e ainda responde a uma outra ação penal por crime diverso.*

3. Agravo regimental desprovido." (HC 137.131/RS-AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 02/05/2017, DJe 16/05/2017; sem grifos no original.)

Assim, reitere-se, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada pela Defesa – o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, oportunidade em que fornecerá a chave ou senha de acesso às informações processuais, caso seja necessário.

Oficie-se, ainda, ao Juiz de primeiro grau, para que preste esclarecimentos sobre o andamento do processo-crime e a prisão imposta ao Paciente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

